

Como o PMDB vai votar na ^{que pag 1} Constituinte

por Andrew Greenlees
de Brasília

Chegaram ontem às mãos dos principais líderes do PMDB os resultados do questionário distribuído durante o final de semana aos 724 convençãois do partido. As respostas referem-se a temas constitucionais e o objetivo da direção pemedebista é aferir a tendência majoritária no partido para orientar a atuação dos 298 pemedebistas na Constituinte. Foram respondidos 570 formulários e, de forma geral, saíram vitoriosas as teses que vêm sendo defendidas pelo chamado "grupo progressista" do partido.

Na questão da reforma agrária — uma das mais polêmicas na Constituinte —, 79,82% dos convençãois indicaram que "a propriedade da terra cumpre sua função social quando atende simultaneamente a todos os requisitos enumerados na Constituição ou na lei, o Estatuto da Terra, por exemplo".

No item seguinte, 62,63% mostram-se favoráveis à desapropriação de áreas que "não cumprirem sua função social", enquanto a imissão de posse imediata, que não está incluída no anteprojeto da Constituição,

tem o apoio de 65,26% dos convençãois.

Entre os elementos básicos para a definição de empresa nacional, 84,73% apontaram constituição e sede no País, controle decisório e de capital pertencente a brasileiros ou a pessoas físicas domiciliadas no País. No anteprojeto aprovado pela Comissão de Sistematização, o artigo a esse respeito segue a mesma linha.

O mesmo ocorre com a reserva de mercado. Sua defesa é quase unânime: 90,17%. "As atividades das empresas nacionais que a lei considerar estratégicas para a defesa nacional ou para o desenvolvimento tecnológico poderão ter proteção temporária", diz o texto aprovado pelos convençãois. Quanto ao capital estrangeiro, 90,35% trazem assinalado o "sim" no item que prevê dispositivos de controle fixados pela Constituição.

"A ordem econômica deve ser fundada na justiça social e na valorização do trabalho, com preferência para a empresa nacional, abrindo espaço para as empresas estatais em coexistência com as empresas privadas", concordaram 80,52% dos pemedebistas.

Outro ponto polêmico — o

capítulo das comunicações — recebeu tratamento idêntico ao do anteprojeto. Na opinião de 77,19% dos convençãois, as concessões de canais de rádio e TV devem ser outorgadas pelo Poder Executivo e referendadas pelo Congresso Nacional, ouvido o Conselho Nacional de Comunicações, a ser criado conforme lei complementar.

Recursos públicos devem ser destinados às escolas públicas, segundo 72,45% dos convençãois. Admite-se, no entanto, o auxílio oficial a instituições comunitárias, filantrópicas e confessionais.

Ao analisarem a questão urbana, 85,61% dos convençãois consideraram função da Constituinte assegurar na nova Carta o direito à moradia, incluindo também o acesso aos serviços de transporte coletivo (admitindo-se concessões de linhas a empresas privadas), saneamento, educação, saúde, lazer e outros aspectos sociais. Os planos urbanísticos e de desenvolvimento urbano devem contar com a participação da comunidade envolvida, segundo 88,59% dos pemedebistas que responderam à consulta do partido.

(Ver página 5)